

# ACURÁCIA FATORIAL DO SEXISMO AMBIVALENTE E MANUTENÇÃO VALORATIVA EM BRASILEIROS

**Nilton Soares Formiga**

Mestre em psicologia social pela universidade Federal da Paraíba. Doutorado pela mesma universidade.  
Docente na Universidade Estadual da Paraíba como professor substituto

Email:

[nsformiga@yahoo.com](mailto:nsformiga@yahoo.com)

---

## RESUMO

Os valores humanos ainda tem se revelado como um construto de grande contribuição para as explicações da manifestação e manutenção dos fenômenos psicossociais; e o preconceito frente às mulheres tem apontado algumas direções para se refletir na inibição desse problema. A condição dos valores humanos apresentarem boas respostas para esse fenômeno é por eles serem um construto capaz de orientar escolhas, atitudes, avaliação comportamental e situações sociais nas relações interpessoais. Sendo assim, é bem possível que exista uma base normativa que guie as atitudes e comportamentos preconceituosos frente às mulheres. Para isso, quatro amostras foram utilizadas para esse estudo com sujeitos entre 18 e 56 anos, homens e mulheres, da cidade de João Pessoa – PB e Palmas - TO. Responderam o inventário de sexismo ambivalente, valores humanos e dados sócio-demográficos. Os resultados se revelaram que tanto a escala de sexismo ambivalente manteve a sua fatorialização quanto a relação valores e sexismo, também, se mantiveram. Assim, o critério de orientação valorativa pessoal explicou o sexismo hostil e benévolo, e o social, apenas com o benévolo.

**Palavras-chave:** Sexismo ambivalente, valores humanos, acurácia, psicometria

---

## INTRODUÇÃO

Revisando a história social ou acompanhando o cotidiano nas cidades não é difícil perceber que a diferença sexual entre homens e mulheres vai se tornando saliente tanto na sua origem quanto a manutenção das atitudes, comportamentos e valores que a regem. No decorrer do século XIX, ocorrem mudanças econômicas e sociais em relação ao comportamento político frente a diversos fenômenos sócio-humanos quanto ao direito e dever do Estado e da cidadania; principalmente, em relação a frente a mulher, estas mudanças se apóiam-se na questão filosófica

sobre a dualidade do corpo e do espírito, natureza e civilização. Fato que favorece o surgimento de discursos induzidos pelas mudanças históricas e conscientização da desigualdade sentida por elas e da superioridade impostas pelos homens, constatando que tal diferença se deve a postulados, exclusivos, que defendiam apenas a liberdade do indivíduo e a autonomia do sujeito masculino.

Essa situação pode ser percebida, por exemplo, no surgimento do casamento, impondo à mulher a submissão ao homem, por um lado, via-se como espontânea essa condição - livre para escolher - por outro, devido à concepção do casamento jurídico, em que a união “perfeita” repousaria no instinto criando o espaço jurídico (Fraisse, 1991). O mesmo ocorreu no surgimento da mulher no mercado de trabalho, nos movimentos sociais, na luta pela sobrevivência e nas ciências em geral refletindo que a diferença entre os gêneros. Com isso, algumas práticas eram – e ainda são - “impostas” socialmente, especialmente, à mulher: o papel de cuidar da família e da casa, as relações de dependência vinculadas ao matrimônio, a sexualidade, a diversão por “tempo limitado”, etc. (Borrelli, 1998). Esse corolário interpessoal de categorias a respeito da mulher e suas funções apontam para uma percepção como pessoa frágil, inferior aos homens, sentimentais ou sensíveis, muito associada a feminilidade - como orientação de expressividade - e dependente da aceitação social (D’Amorim, 1997).

É destacável que as características existentes entre homens e mulheres a respeito do papel social são contidas de grandes diferenças entre si: têm-se as características dos homens, na maioria das vezes, como positiva - competência, racionalidade, capacidade para enfrentar o meio, motivação ao êxito e atividades que se orientem a um fim, apresentando caráter instrumental – e das mulheres, senão negativas, associadas a uma condição interpessoal neutra - calor emocional, satisfação de necessidades afetivas do grupo, sensibilidade, dependência e atitudes orientadas para outras pessoas, apresentando um caráter expressivo (Paez, Torres & Echebarría, 1990). Os estudos a respeito do gênero têm centrado-se no papel do homem e da mulher na sociedade; com as novas exigências ocorridas na sociedade contemporânea em relação aos valores culturais, levam a uma consciência em que as desigualdades entre o gênero (Radice, 1987), expressando concepções estereotipadas atendendo a uma desejabilidade psicossocial.

De fato, a sociedade está impregnada de ideologias que servem como guia e justificação das condutas dos indivíduos, legitimando e contribuindo que homens e mulheres adotem esquema atitudinal e comportamental a respeito dos estereótipos sexuais. Isto permite uma predominância, nas diversas correntes da ciência humana e social, da figura do “macho” frente às diferenças entre os sexos, os valores culturais masculinos e a relação de poder (Archier, 1996; Paez, Torres & Echebarría, 1990). Isto favorece a existência de uma identidade psicossocial sexual, no contexto social, contribuindo na compreensão das condutas, sentimentos e pensamentos 'típicos' em relação ao gênero, concebendo-os como organização cognitiva a nível intrapessoal, uma espécie de esquema de si, formado a partir de modelos representacionais e de sua utilização social gerado no nível interpessoal.

De forma concreta, em termos de Brasil, a Constituição Federal de 1988, especificamente, no que se refere aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, figura como Artigo 5 do Parágrafo 1º que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (Siano, 2000). Para Moraes (1998) esta parte da constituição expressa, claramente, que os desníveis da desigualdade entre os gêneros são proibidos, enfatizando na lei uma plena igualdade. Mas, esta pretendida igualdade é apenas parcialmente comprovada no cotidiano; por exemplo, exercendo a mesma função e tendo o mesmo grau de escolaridade, a mulher segue recebendo menores salários que os homens (Fundação Carlos Chagas, 1998). As razões para isso podem radicar na visão estereotipada do papel e da capacidade de ambos os gêneros. Assim, o tema da discriminação da mulher permite muitas especulações em âmbitos diversos das Ciências Humanas e Sociais. Causas e conseqüências podem ser hipotetizadas e defendidas, porém não se conhecerá sua verdadeira extensão se não se consideram diretamente os agentes que o fomentam: homens e mulheres da sociedade civil. Suas opiniões, atitudes e pensamentos sobre o papel da mulher em diferentes facetas da sociedade são cruciais no momento de compreender formas e conteúdos do sexismo.

Não se pretende neste estudo apenas apontar que existe concretamente uma diferença entre homens e mulheres, mas, a possibilidade de interpretar frente ao gênero, as escolhas, crenças, atitudes, etc. que possa permitir uma conduta socialmente desejável, considerando tanto a individualidade quanto a dinâmica sócio-humana, a qual não é destinada, *se e somente se*, em termos do sujeito ser homem ou mulher; afinal a sociedade não foi e não é construída apenas para uma dessas categorias, e muito menos, para satisfação de um deles. Assim, concebendo que ambos os gêneros não se comportam ou são orientados a se comportarem a partir do vazio social ou como tendo um ponto de origem, mas, na dinâmica das relações interpessoais onde neste há sempre um início e fim, e constantemente, reiniciando-se em sucessivas práticas sociais e psicológicas.

Na área da psicologia social, o problema da desigualdade entre o gênero ou a formação da estereotipia, discriminação ou preconceito segue um múltiplo interesse clássico dessa área: conhecimento, influência mútua entre uma pessoa e outra, as interações sociais, organização, estruturação e processo do pensamento social. Com isso, tem-se como objetivo do estudo avaliar uma medida de sexismo numa seqüência de amostras, e também, sua relação com os valores humanos. Hipoteticamente, acredita-se que o sexismo é mantido sobre a égide da sutileza e hostilidade, bem como, que este é orientado valorativamente.

Desta maneira, muito se tem escrito sobre preconceito e suas variadas perspectivas teóricas a fim de compreender, em relação as políticas públicas, a capacidade de inserir práticas que amenizem a realidade desse problema. Mesmo não sendo um fenômeno novo, as soluções objetivas a respeito dele vêm carregadas de reflexões e práticas que, além de confundir os comportamentos políticos que visam manter uma relação politicamente correta frente às práticas preconceituosas, é de comum acordo por parte de instituições, cientistas e transeuntes, que o

problema assume uma nova aparência no discurso da igualdade, principalmente, quanto a relevante condição de que os grupos segregados e minoritários são inferiores e incapazes de exigir, exhibir e manter seus direitos, e divulgá-los como denúncia da diferença e desrespeito.

Mesmo legalmente proibido em vários países, inclusive no Brasil, o preconceito, especificamente, aquele frente às mulheres, segue ocorrendo nas práticas sociais cotidianas discriminatórias, assumindo uma dinâmica complexa e escorregadia, que ao se pretender responder diretamente acerca da origem ou manutenção dele nas relações interpessoais, inevitavelmente, se depara com suas vertentes teóricas, pautadas em aspectos da política, da economia, da educação, da ciência, entre outros, o que torna mais difícil entender a sua dinâmica, inclusive, a sua manutenção em relação as mulheres (Formiga, Vasconcelos, Joça & Saraiva, 2005). Na Psicologia Social, desde o clássico estudo realizado por Allport (1954) sobre preconceito, destacando como atitude negativa frente a outro grupo, vem se desenvolvendo, com o objetivo de compreender quais variáveis são melhores preditoras: desde a perspectiva das condutas normativas e diferenças individuais, por exemplo, os valores humanos (Formiga, 2004a) e personalidade (Heaven & Quintin, 2003; Omar, 2004) à construção e avaliação de instrumentos capazes de mensurá-lo na dinâmica social (Glick & Fiske, 1998; Formiga, Gouveia & Santos, 2002).

Apesar de se acreditar que o problema do preconceito ocorre na dinâmica das relações interpessoais (Brown, 1995) é possível encontrar estudos que visam a elaboração de instrumentos que apresentem uma segurança em relação à avaliação do preconceito na sociedade (Monte, 2001; Monte & Formiga, 2000; Henry & Sears, 2002), principalmente, no que diz respeito as atitudes e comportamentos frente as minorias sociais (Formiga, Yepes & Alves, 2004). A importância disto não passa apenas pela avaliação de como o indivíduo organiza suas atitudes e comportamentos a respeito de um determinado problema existente em seu meio e a distância social assumida por ele, mas também, a reorganização que este fenômeno se apresenta na atualidade em direção do processo discriminatório. Pensar assim é observar que os problemas sociais podem até ser o mesmo conceitualmente, porém, na prática se apresentam com outras roupagens, o que tem sido denunciado com muita força e persistência em relação ao preconceito. Partindo dessa perspectiva, busca-se compreender o problema da discriminação feminina e sua manutenção na dinâmica social e individual (Formiga, 2004).

Neste contexto, é possível acompanhar a quantidade de movimentos sociais que passaram a defender a igualdade dos direitos civis e políticos da mulher têm voltado como comportamento político (Crenshaw, 2002). Por um lado, busca-se a reivindicação pela equiparação incondicional dos direitos humanos refletindo um esforço por integrar as estruturas monolíticas do capitalismo e do patriarcado a uma nova visão desenvolvimentista e histórica que discute a dominação do gênero e sua interrelação com as classes, a etnicidade, a sexualidade, a política e a cultura (Fukuyama, 2000; Pringle, 1997). Por outro lado, aponta-se para as novas formas que o preconceito vem adquirindo camuflando o favorecimento da superioridade e unilateralidade da

liberdade e autonomia do indivíduo imposta pelos homens e do discurso da relação psicossocial entre o gênero que evidencia masculinidade e machismo (Goldwert, 1985; Fraisse, 1991).

Atualmente, esse reflexo é reverberado na maioria das vezes de forma indireta; vem favorecendo demais as mulheres baseando-se em elogios e justificativas sobre sua ascensão social, política e trabalhista (Amâncio, 1994; Pettigrew & Meertens, 1995) na tentativa de mostrar que o homem já não tem tanto “direito ou vantagens” que se pensa ter, salientando condutas que representam mais uma forma encoberta do sexismo do que de fato a extinção dele. Denuncia-se que, aquilo que se chama direito e aquisição do poder feminino é, nada mais nada menos, mais uma nova forma de discriminar a mulher do que um espaço social, político e econômico concreto. Essas formas driblam as normas sociais, e até jurídicas, diante da atitude discriminatória, por serem elas institucionalmente aceitas, apesar da “boa intenção” que procuram justificar, inserido em um discurso de tolerância quanto as exigências e a paciência das mulheres quanto a implantação dos programas anti-discriminação eficientes.

Assim, construir ou avaliar um instrumento que mensure esse problema, no Brasil e em outros países, é deflagrar a existência do sexismo como um continuum, a fim de amenizar as “dores” psicossociais, principalmente, porque este fenômeno não se apresenta da mesma maneira que F. Allport (Formiga, Gouveia & Santos, 2002) o concebia - como uma atitude negativa - mas, que o problema não acabou, e sim, adquiriu novas facetas nas relações intergrupais frente as mulheres. Por exemplo, o estudo desenvolvido por Tougas, Brown, Beaton e Joly (1995), tratou da discrepância entre o pensar e agir frente a expressão pública sobre as crenças sexistas, considerando como neosexismo, compreendendo a manifestação de um conflito entre os valores igualitários e os sentimentos negativos em relação as mulheres (Tougas e Cols., 1995, p. 843). Atualmente, as formas modernas do sexismo têm sido avaliadas por um inventário desenvolvido por Glick e Fiske (1998) etiquetado de Sexismo Ambivalente; este é compreendido como um conjunto de estereótipos sobre a avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal acerca do papel apropriado na sociedade dirigida aos indivíduos de acordo com o sexo. Esses autores enfatizam que essas formas de sexismo são ambivalentes, justamente por não serem diretas quando se considera sua prática e expressão discriminatória tradicional, se apresentando em duas formas: a hostil e o benévolo.

O primeiro é uma expressão flagrante do preconceito em relação às mulheres; este tem sido extensamente tratado (Glick & Fiske, 1998), porém não permite compreender totalmente a direção que toma o sexismo na sociedade atual, justificando a luz da busca de igualdade em direitos e deveres entre os gêneros (Siano, 2000), evidenciando crenças e práticas típicas de pessoas que consideram as mulheres inferiores aos homens, refletindo assim, antipatia e intolerância em relação ao seu papel como figura de poder e decisão. O segundo se constitui a partir das concessões e tratamentos diferenciados entre homens e mulheres, referindo-se a uma atitude positiva, aparentemente não preconceituosa em relação à mulher, porém descrevendo-a como pessoa frágil, necessitando de atenção e etc. (Pettigrew & Meertens, 1995). Com isso, a

organização conceitual e psicométrica do inventário se assemelham aos instrumentos que mesuram a atual configuração do preconceito na sociedade. Outros estudos (por exemplo, Formiga, Gouveia & Santos, 2002; Glick, 1998; Glick, Sakalh, Ferreira & Souza, 2002; Mladinic, Saiz, Diaz, Ortega & Oyarce, 1998) sobre o instrumento têm confirmado a organização item-fator e alfas de Cronbach semelhantes ao encontrados por Peter Glick e Susan Fiske.

Apesar de se mensurar o sexismo, acredita-se que o problema da discriminação frente as mulheres ocorre para além desta mensuração, e mesmo, que o gênero seja capaz de ser evidenciado na relação de poder que permeia na sociedade; essa diferença estaria além do poder ou disposição emocional e política, dos traços de personalidade ou de pressupostos da aprendizagem social (Expósito, Moyá & Glick, 1996; Ferreira, 1995a; 1995b; Souza & Ferreira, 1997). Não é possível considerar que esse fenômeno exista isoladamente, mas sim, unidos a outros fatores: demográficos, cultura, relações grupais, educação, religião, etc. Na busca da definição tanto da diferença quanto observação de um maior conjunto dos processos discriminatórios, inseridos ao contexto cultural, faz-se necessário a compreensão de como os significados subjetivos e coletivos de ambos os sexos são construídos para formar as categorias de identidade (Borelli, 1998), principalmente, no que diz respeito aos valores que cada um desse gênero venha priorizar. Com isso, aponta-se para uma condição psicossocial, a de que esse problema poderá hipoteticamente ser respondido a partir da orientação valorativa que as pessoas venham adotar na dinâmica interpessoal.

Esse construto - os valores humanos - vem trazendo grandes respostas quanto aos problemas das condutas sociais, principalmente a partir da obra de Rokeach (1973), o qual considerou os valores de fundamental necessidade na explicação dos comportamentos das pessoas, sendo estes capazes de orientar tanto as escolhas quanto as atitudes humanas (também, Rokeach, 1979). Quando se fala que uma pessoa tem valores, salienta-se uma crença duradoura, bem como, uma maneira de se comportar a qual pode ser preferida, no âmbito pessoal e social (Gusmão, Jesus, Gouveia, Júnior & Queiroga, 2001). Para compreender essas concepções é necessário considerar as seguintes questões sobre os valores: eles são estruturados no sistema psicológico, dando coerência a ação humana (Rokeach, 1973); podem, metaforicamente, ser tratados como um termômetro social, capaz de indicar o estado febril da sociedade, evitando assim certas convulsões (Formiga, Queiroga & Gouveia, 2001); os quais são derivados das experiências culturais e sociais, pois alguns vão sendo incorporados ao longo da socialização enquanto que outros são adquiridos sob condições específicas, principalmente através de episódios ou experiências relevantes na vida da pessoa. Correspondido, também, aos ideais normativos dos grupos sociais, entendidos, segundo Molpeceres, Llinares e Musitu (2000), como concepções que são partilhadas a partir da desejabilidade dos indivíduos, podendo gerar ou se manter quando satisfeito o interesse.

Para este autor o homem tem que ser e fazer parte de uma vida moral, pois sua condição única é ser social. Mas, se e somente se, considerar o homem como um todo auto-atualizado, não

dirigindo sua vida apenas para si mesmo, mas, centrando-se nas relações com os outros, tornando-se maduro a partir do reconhecimento de seus próprios valores e dos que regem as outras pessoas, fazendo com que quando satisfeito – pessoal e socialmente – mostre-se coerente com sua própria atualização e experiência pessoal, evitando em contrapartida uma crise nos valores.

A preocupação relacionada aos valores humanos não diz respeito apenas às contradições da clareza do conceito, conotações morais e existenciais nas quais se fundamentam (Gouveia, 1998; Tamayo & Schwartz, 1993) ou à sua medida escalar (Feather, 1992; Martinez, 1984), mas, sobretudo, à necessidade de explicação da dinâmica dos fenômenos comportamentais (Homer & Kahle 1988). Prima-se pela diferenciação entre o que é importante e secundário para o indivíduo, pois os valores revelam tanto a relação com o comportamento e as opções de vida dos indivíduos quanto a sua preferência no que diz respeito ao que tem ou não valor (Tamayo, 1988). Um valor, não diz respeito apenas ao que a pessoa quer para si, expressa igualmente o que a pessoa deveria querer, ou seja, tem um forte componente de desejabilidade social. Esta característica imprime ao valor a condição de que deva ser justificado diante dos outros, quer lógica ou moralmente (Formiga, Queiroga & Gouveia, 2001). Além do mais, eles como atributos universais e reconhecidos em todas as pessoas, independentemente da sua cultura de pertença.

O aspecto na natureza motivacional dos valores como elemento central nos diversos modelos fez com que Gouveia (1998) identificasse os pontos em comum que poderiam ajudar a definir uma tipologia alternativa, utilizada como base teórica neste estudo. Proposta a partir da relação existente entre os valores e as necessidades humanas (Inglehart, 1991; Rokeach, 1973; Schwartz, 1992) e sendo uma extensão dos modelos propostos por Rokeach, Schwartz, entre outros, Gouveia (1998) considerou igualmente a noção de valores como construtos latentes, presente em Braithwaite e Law (1985), definindo-os como categorias de orientação que são desejáveis, baseadas nas necessidades humanas e nas pré-condições para satisfazê-las, sendo adotadas por atores sociais. Tais valores apresentam diferentes magnitudes e seus elementos constitutivos podem variar a partir do contexto social ou cultural em que a pessoa está inserida (Gouveia (1998, p. 293).

Porém, centrado na Teoria das Necessidades, de Maslow (1954 / 1970), esse autor, identificou cada um dos valores básicos. Apesar da controvérsia sobre a adequação da hierarquia das necessidades postulada por Maslow (Todt, 1982), há certo acordo na existência e extensão destas mesmas necessidades (Ronen, 1994) estabelecendo três suposições fundamentais: (1) as necessidades humanas são relativamente universais, (2) elas são neutras ou positivas e (3) os seres humanos são uma totalidade integrada e organizada. Além da ênfase dada às necessidades humanas, as quais incluem uma variação delas (por exemplo, fisiológicas, de segurança, de amor, de pertença, etc.). Maslow sugere que elas devem ter algumas pré-condições para que sejam satisfeitas. Assim, Gouveia (1998) identificou 24 valores básicos, os quais são terminais por natureza e que expressam princípios-guia e vistos como substantivos (Rohan, 2000; Rokeach,

1973). Servem de categorias transcendentais que guiam as atitudes, as crenças e os comportamentos em situações específicas. Os 24 valores originam um sistema de valor, apresentando três critérios de orientação, sendo cada um subdividido em seis funções psicossociais, como segue:

Valores Pessoais. Quem normalmente assume estes valores mantém relações pessoais contratuais, geralmente procurando obter vantagens / lucros. Prioriza seus próprios interesses e concedem benefícios sem ter em conta uma referência particular (papel ou estado). Para Rokeach (1973) estes valores são vistos como tendo um foco intrapessoal. Em Schwartz (1994) tais valores atendem a interesses individuais. Considerando a sua função psicossocial, estes podem ser divididos em: (1) Valores de Experimentação: descobrir e apreciar estímulos novos, enfrentar situações arriscadas, e procurar satisfação sexual são aspectos centrais destes valores (emoção, estimulação, prazer e sexual); e (2) Valores de Realização: além da experimentação de novos estímulos, faz parte do universo desejável dos seres o auto-cumprimento, o sentimento de ser importante e poderoso, ser uma pessoa com identidade e espaço próprios (autodireção, êxito, poder, prestígio e privacidade).

Valores Centrais. Indica o caráter central ou adjacente destes valores; eles figuram entre e são compatíveis com os valores *pessoais* e *sociais*. Na tipologia de Schwartz (1994), tais valores servem a interesses mistos (individuais e coletivos). Considerando a sua função psicossocial, os valores centrais podem ser divididos em dois grupos de valores: (1) Valores de Existência: interessa garantir a própria existência orgânica (estabilidade pessoal, sobrevivência e saúde). Enfatizando não a individualidade pessoal, mas, a existência do indivíduo. Assim, valores de existência não são incompatíveis com valores *pessoais* e *sociais*, eles são importantes para pessoas, principalmente em ambientes de escassez econômica, mas sem colocar em risco a harmonia social; e (2) Valores Supra-pessoais. Quem assume estes valores tentam atingir seus objetivos independentemente do grupo ou condição social. Descrevem alguém que é maduro, com preocupações menos materiais, não sendo limitados a características descritivas ou específicas para iniciar uma relação ou promover benefícios (beleza, justiça social, maturidade e sabedoria). Enfatizam a importância de todas as pessoas, não apenas os indivíduos do *in-group*.

Valores Sociais. Que assume estes valores direcionam-se para estar com os outros. No estudo de Rokeach (1973), correspondem a valores de foco interpersonal, e em Schwartz (1994) estão incluídos entre os valores relacionados com os interesses coletivos. Aqueles que assumem esses valores se comportam como alguém que gosta de ser considerado; que deseja ser aceito e integrado no *in-group*, ou que pretendem manter um nível essencial de harmonia entre atores sociais num contexto específico. Quanto a função psicossocial podem ser divididos em: (1) Valores Normativos: enfatizam a vida social, a estabilidade do grupo e o respeito para com os símbolos e padrões culturais que prevaleceram durante anos, a *ordem* é apreciada mais que tudo (obediência, ordem social, religiosidade e tradição); e (2) Valores de Interação: estes focalizam o destino comum e a complacência, especificamente, a pessoa que o assume tem interesse em ser



amada e ter uma amizade verdadeira, assim como tende a apreciar uma vida social ativa (afetividade, apoio social, convivência e honestidade). Por fim, visando facilitar a lembrança do objetivo para o leitor deste estudo, pretende-se: avaliar a acurácia do instrumento do sexismo ambivalente, hipotetizando que este ainda se mantém entre as dimensões sutil e hostil em diferentes amostra, bem como, a manutenção da orientação valorativa na explicação desse fenômeno.

## MÉTODO

### Amostra

Para avaliar o sexismo ambivalente, bem como, o poder preditivo dos valores humanos sobre este construto, quatro amostras entre as cidades de Palmas – TO e João Pessoa – PB foram contempladas. Faziam parte estudantes universitários e população geral das cidades, com idade variando de 16 a 63 anos, de ambos os gêneros: na cidade de João Pessoa - PB, a **amostra 1** contava com 200 estudantes, de ambos os gêneros, do curso de Psicologia de uma universidade privada, sendo a maioria eram mulheres (85%), com idade variando de 20 a 56 anos. Na **amostra 2**, também, em João Pessoa – PB, 287 estudantes, de ambos os gêneros – sendo a maioria do sexo feminino (58%) - e idade variando de 18 a 56 anos, de uma universidade pública compuseram a amostra.

Na **amostra 3**, 257 pessoas, de ambos os gêneros – 62% eram do sexo feminino - e idade variando entre 20 a 56 anos da população geral da cidade de Palmas – TO participaram do estudo. Por fim, na **amostra 4**, exclusivamente, 256 homens das cidades de Palmas – TO e João Pessoa – PB, com idade variando de 17 a 63 anos, dos quais 47% eram casados, 32% solteiros, 21% não respondeu ou estavam na categoria outros, participaram do estudo. Nessas amostras considerava-se aquelas pessoas que, consultadas, dispuseram-se em responder o questionário apresentado, tanto individualmente nas ruas quanto coletivamente nas salas de aula.

### Instrumento

Os participantes responderam um questionário constando de duas partes:

Inventário de Sexismo Ambivalente, ISA. Elaborado originalmente em língua inglesa (Glick & Fiske, 1998) e adaptado por Formiga, Gouveia e Santos (2002) para o contexto brasileiro. O inventário é composto por 22 itens que avaliam os estereótipos assumidos por cada gênero (masculino e feminino) a respeito de duas dimensões do sexismo: hostil (por exemplo, *As mulheres feministas estão fazendo exigências completamente sem sentido aos homens; A maioria das mulheres não apreciam completamente tudo o que os homens fazem por elas*) e benévolo (por exemplo, *As mulheres devem ser queridas e protegidas pelos homens; Muitas mulheres se*

*caracterizam por uma pureza que poucos homens possuem*). Para respondê-lo a pessoa deve ler cada item e indicar o quanto está de acordo com o conteúdo expresso, utilizando para tanto uma escala de quatro pontos, tipo Likert, com os seguintes extremos: **1** = *Discordo Totalmente* e **4** = *Concordo Totalmente*.

Questionário dos Valores Básicos, QVB. Utilizou-se uma versão modificada, cuja comprovação, a partir de uma análise fatorial confirmatória, apresentou parâmetros psicométricos aceitáveis na população estudada, tendo os seguintes indicadores de bondade de ajuste:  $\chi^2/df = 3,02$ , GFI = 0,91, AGFI = 0,89 e RMSR = 0,07 (Maia, 2000). Formado por 24 itens-valores, com etiquetas que ajudam a entender o seu conteúdo (por exemplo, Tradição– seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade; Êxito – obter o que se propõe; ser eficiente em tudo que faz; Justiça Social – lutar por menor diferença entre pobres e ricos; permitir que cada indivíduo seja tratado como alguém valioso); para respondê-los, a pessoa deveria avaliar o seu grau de importância como um princípio-guia na sua vida e indicar sua resposta numa escala de sete pontos, com extremos **1** = Nada Importante a **7** = Muito Importante. No final precisava indicar o valor menos e o mais importante de todos, os quais receberiam pontuações **0** e **8**, respectivamente.

Caracterização Sócio-Demográfica. Uma folha separada foi anexada ao instrumento prévio, onde eram solicitadas informações de caráter sócio-demográfico (por exemplo, idade, sexo, etc.).

## **Procedimento**

Procurou-se definir um procedimento padrão para a aplicação tanto do ISA quanto QVB: 1) nas instituições de ensino, estes instrumentos eram aplicados coletivamente em sala de aula quando em visita as instituições públicas e privadas. Nesta etapa um único pesquisador ficou responsável pela coleta dos dados e após conseguir a autorização da coordenação dos cursos e professor responsável pela disciplina, este se apresentava em sala de aula como interessado em conhecer as opiniões e os comportamentos das pessoas no dia a dia, solicitando a colaboração voluntária dos estudantes no sentido de responderem um questionário breve. 2) na etapa da aplicação nas ruas das cidades, esta foi conduzida logo que os transeuntes quando abordados a permitissem; o aplicador se apresentava, também, como interessado em conhecer as opiniões e os comportamentos das pessoas no dia a dia, solicitando a colaboração voluntária destes para que responderem o questionário apresentado.

A todos era dito que não havia resposta certa ou errada e que respondessem individualmente assegurando o anonimato das suas respostas e que elas seriam tratadas em seu conjunto não podendo identificar o respondente isoladamente. Apesar do questionário ser auto-aplicável, contando com as instruções necessárias para que respondessem, tendo um tempo médio de 30 minutos para responder, um pesquisador devidamente treinado esteve presente durante a aplicação para retirar dúvidas indispensáveis. Quanto a análise de dados, utilizou-se o

pacote estatístico *SPSSWIN*, versão 15.0, para tabular os dados e realizar as análises estatísticas descritivas, os cálculos de correlação ( $r$ ) de *Pearson*, Análise Fatorial (Fatorialização dos eixos principais - *PAF*), *Alfa de Cronbach* e análise de regressão ( ).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo como um dos objetivos principais do estudo, a avaliação da acurácia do Inventário de Sexismo Ambivalente em quatro amostras no contexto brasileiro, efetuou-se a partir de uma fatorial a avaliação organizativa item-fator do instrumento. Para todas as amostras o uso desta técnica se mostrou meritória, tendo apresentado, em todas elas, um KMO acima 0,80 e um Teste de Esfericidade de Bartlett se mantendo significativo, com um  $\chi^2$  sempre maior que 1000 (Bisquerra, 1989). Estes indicadores permitem avaliar que a solução fatorial identificada, para as quatro amostras, revela dois componentes com eigenvalue superior a 1,00, explicando conjuntamente acima de 29% da variância total para todas as amostras em questão. Os principais resultados desta análise são apresentados na Tabela 1.

Na tabela abaixo, poder ser observado, com uma saturação de  $\pm 0,30$  assumida como satisfatória para interpretar os componentes nas quatro amostras, que dois componentes foram encontrados: o primeiro reuniu 11 itens, podendo ser descrito como Sexismo Hostil (por exemplo, *As mulheres feministas estão fazendo exigências completamente sem sentido aos homens; A maioria das mulheres não aprecia completamente tudo o que os homens fazem por elas*) tendo consistência interna - alfa ( ) de Cronbach - acima de 0,60 para todas as amostras. O segundo componente, também formado por 11 itens, representa o Sexismo Benévolo (por exemplo, *Muitas mulheres se caracterizam por uma pureza que poucos homens possuem; As mulheres, em comparação com os homens, mostram um sentido refinado para a cultura e o bom gosto*) apresentando, também, nas quatro amostra um alfa acima de 0,70. Também, foi observado, em todas as amostras, uma relação positiva entre sexismo hostil e benévolo, todas acima de 0,30, a um  $p < 0,01$ . A partir desses resultados, tanto a estrutura quanto os alfas do inventário do sexismo ambivalente, corresponde aos encontrados por Formiga, Gouveia e Santos (2002; Formiga, 2005), bem como, os indicadores da consistência interna (alfa [ $\alpha$ ] de Cronbach), o qual se mantém. Ao comparar as quatro amostras é possível observar que os itens do inventário correspondem aos respectivos fatores destacados pelos autores citados; o sexismo hostil é composto pelos itens 02, 04, 05, 07, 10, 11, 14, 15, 16, 18 e 21; e o sexismo benévolo, pelos itens 01, 03, 06, 08, 09, 12, 13, 17, 19, 20 e 22, mantendo assim, a dita acurácia buscada no objetivo desse estudo.

**Tabela 1:** Análise de Fatorial do Inventário de Sexismo Ambivalente em quatro amostras.

COMPONENTES DO SEXISMO AMBIVALENTE	AMOSTRA 1		AMOSTRA 2		AMOSTRA 3		AMOSTRA 4		
	$a_{i,f}$	$h^2$	$a_{i,f}$	$h^2$	$a_{i,f}$	$h^2$	$a_{i,f}$	$h^2$	
<b>SEXISMO HOSTIL</b>									
15	Mulher procura controlar ao homem comprometido com ela	0,72	0,53	0,70	0,50	0,72	0,53	0,75	0,56
11	Mulheres procuram poder controlando aos homens	0,66	0,44	0,75	0,56	0,72	0,49	0,76	0,59
18	Mulheres atraem sexualmente e depois rejeitam aos homens	0,62	0,39	0,48	0,25	0,68	0,25	0,32	0,13
10	Mulheres não dão valor a tudo o que os homens fazem por elas	0,52	0,30	0,34	0,13	0,61	0,46	0,60	0,45
14	Mulheres exageram problemas no trabalho	0,52	0,27	0,63	0,40	0,63	0,29	0,55	0,31
04	Mulheres interpretam ações inocentes como sendo sexistas	0,49	0,23	0,39	0,19	0,60	0,16	0,40	0,16
07	Feministas procuram que as mulheres tenham mais poder	0,42	0,19	0,53	0,29	0,59	0,40	0,48	0,24
05	Mulheres se ofendem muito facilmente	0,42	0,17	0,54	0,34	0,54	0,39	0,63	0,40
21	Feministas fazem demandas irracionais aos homens	0,39	0,15	0,52	0,27	0,49	0,38	0,38	0,15
16	Mulheres alegam discriminação em derrotas justas	0,36	0,13	0,65	0,42	0,39	0,54	0,54	0,29
02	Em nome da igualdade, as mulheres procuram privilégios	0,36	0,16	0,36	0,16	0,39	0,16	0,33	0,14
Número de Itens		11		11		11		11	
Alfa de Cronbach		0,66		0,71		0,67		0,81	
Eigenvalue		2,56		2,47		2,81		4,75	
% Variância Explicada		17,71		18,86		16,21		21,06	

*Continuação***SEXISMO BENÉVOLO**

12	Todo homem deve ter uma mulher a quem amar	0,68	0,46	0,72	0,55	0,75	0,56	0,77	0,59
13	Homem está incompleto sem mulher	0,67	0,45	0,66	0,44	0,75	0,61	0,30	0,10
09	Mulheres devem ser queridas e protegidas por homens	0,60	0,36	0,63	0,41	0,68	0,33	0,78	0,61
06	Ninguém é feliz sem ter um (a) companheiro (a)	0,57	0,35	0,51	0,26	0,55	0,47	0,37	0,15
22	Mulheres são mais refinadas e têm melhor bom gosto	0,57	0,34	0,47	0,24	0,55	0,10	0,43	0,19
17	Uma boa mulher deve ser posta no pedestal por seu homem	0,54	0,33	0,36	0,17	0,47	0,20	0,50	0,31
01	Homem não se sente completo sem o amor de uma mulher	0,52	0,28	0,59	0,36	0,38	0,31	0,30	0,10
08	Mulheres têm pureza que poucos homens possuem	0,51	0,25	0,56	0,32	0,38	0,15	0,32	0,11
19	Mulheres têm maior sensibilidade moral	0,48	0,22	0,46	0,21	0,31	0,10	0,40	0,18
20	Homens devem prover segurança econômica a mulheres	0,46	0,24	0,47	0,28	0,30	0,26	0,47	0,23
03	Em catástrofes, mulheres devem ser resgatadas primeiro	0,39	0,17	0,32	0,11	0,30	0,16	0,40	0,18
Número de Itens		11		11		11		11	
Alfa de Cronbach		0,77		0,76		0,78		0,85	
Eigenvalue		3,90		3,78		4,07		1,56	
% Variância Explicada		11,54		7,78		8,94		7,07	

Nota:  $a_{i,f}$  = Carga Fatorial;  $h^2$  = Cumunalidade. Amostra 1 = 200 sujeitos de uma universidade privada de João Pessoa – PB; Amostra 2 = 287 sujeitos de uma universidade pública de João Pessoa – PB; Amostra 3 = 257 sujeitos da população geral da Palmas – TO; Amostra 4 = 256 homens da cidade de Palmas – TO e João Pessoa – PB.

A próxima etapa tratou-se de atender o segundo objetivo: a avaliação preditiva, a partir da análise de regressão, entre valores humanos e sexismo ambivalente. Vale destacar que a correlação e regressão parecem ser cálculos iguais, porém, a referida estatística utilizada neste estudo – a análise de regressão – possibilita indicadores que garantem uma filtragem e consistência preditiva das variáveis capazes de construir um modelo teórico mais consistente (Bisquerra, 1989; Babbie, 1999). Uma vez que existam razões teóricas para esperar a contribuição dos valores como explicação sobre essas condutas, adotou-se como método de regressão o enter.

Desta forma, através da análise de regressão ( ) entre as funções psicossociais e as dimensões do sexismo ambivalente – benévolo e hostil – foram observados os seguintes resultados (ver tabela 2): nas quatro amostras, as funções psicossociais dos valores humanos que melhor predisse o sexismo benévolo foi a função normativa (ênfasis a vida social, a estabilidade do grupo, etc.), a função interacional (focaliza o destino comum, a complacência, interesse em ser amada e ter uma amizade verdadeira, etc.) e realização (sentimento de ser importante e poderoso, ser uma pessoa com identidade e espaço próprio) apresentando betas regressivos positivos; a função suprapessoal (buscam atingir seus objetivos independentemente do grupo ou condição social, descrevendo alguém maduro etc.) predisse negativamente. Quanto ao sexismo hostil, também, nas quatro amostras, a função de experimentação (descobrir e apreciar estímulos novos, enfrentar situações arriscadas, etc.) e realização (sentimento de ser importante e poderoso, ser uma pessoa com identidade e espaço próprio) predisseram esse tipo de sexismo com beta regressivos positivos, por outro lado, a função normativa e interacional o fez negativamente para esse tipo de sexismo. Considerando, a forma ambivalente do sexismo (somatório total dos 22 itens do inventário de sexismo), observou-se que as funções valorativas de Realização e Normativo explicaram o sexismo ambivalente positivamente, por outro lado, a função suprapessoal predisse negativamente em todas as amostras.

**Tabela 2.** Análise de Regressão do sexismo ambivalente, tendo como preditoras as funções psicossociais dos valores humanos.

Sexismo	Preditoras	$\beta$				t			
		N1	N2	N3	N4	N1	N2	N3	N4
Benévolo	Normativo	<b>0,15*</b>	<b>0,17*</b>	<b>0,17</b>	<b>0,19</b>	4,03*	3,98*	4,07*	4,76*
	Realização	<b>0,14*</b>	<b>0,15*</b>	<b>0,17</b>	<b>0,17</b>	4,75*	4,36*	4,49*	4,19*
	Interacional	<b>0,10*</b>	<b>0,13*</b>	<b>0,12</b>	<b>0,15</b>	3,01*	2,89*	2,91*	3,87*
	Supra-Pessoal	<b>-0,12*</b>	<b>-0,11*</b>	<b>-0,11</b>	<b>-0,13</b>	-2,94*	3,06*	-2,99*	-3,26*
	Existência	0,01	0,01	0,02	0,04	0,72	0,91	0,64	0,87
	Experimentação	0,01	0,03	0,01	0,03	0,09	0,13	0,11	0,10
Hostil	Realização	<b>0,16*</b>	<b>0,18*</b>	<b>0,16</b>	<b>0,20*</b>	4,29*	4,75*	4,16*	4,67*
	Experimentação	<b>0,11*</b>	<b>0,13*</b>	<b>0,11</b>	<b>0,15*</b>	2,89*	3,03*	2,76*	3,89*
	Supra-Pessoal	0,04	0,03	0,06	0,07	-1,92	-2,02	-1,86	-3,17
	Interacional	<b>-0,13*</b>	<b>-0,12*</b>	<b>-0,10</b>	<b>0,13*</b>	-2,14*	-2,37*	-2,05*	-2,26*
	Normativo	<b>-0,11*</b>	<b>-0,10*</b>	<b>-0,10</b>	<b>-0,14*</b>	2,23*	2,07*	2,30*	2,38*
	Existência	0,01	0,01	0,01	0,02	0,52	0,43	0,40	0,48*
Ambivalente <sup>#</sup>	Realização	<b>0,23*</b>	<b>0,21*</b>	<b>0,23</b>	<b>0,26*</b>	5,17*	4,87*	5,26*	5,83*
	Normativo	<b>0,14*</b>	<b>0,17*</b>	<b>0,14</b>	<b>0,15*</b>	3,91*	4,03*	3,80*	4,38*
	Supra-Pessoal	<b>-0,11*</b>	<b>-0,10*</b>	<b>-0,14</b>	<b>-0,13*</b>	-2,72*	-3,07	-2,84*	-2,87*
	Experimentação	0,04	0,03	0,04	0,02	1,65	1,88	1,70	1,67
	Existência	0,01	0,01	0,01	0,03	0,53	0,76	0,60	0,74
	Interacional	0,01	0,01	0,01	0,02	0,34	0,61	0,21	0,47

**Notas:** \*  $p < 0,01$ ; Método Enter. <sup>#</sup> somatório total dos 22 itens do inventário de sexismo. Amostra 1 (N1) = 200 sujeitos de uma universidade privada de João Pessoa – PB; Amostra 2 (N2) = 287 sujeitos de uma universidade pública de João Pessoa – PB; Amostra 3 (N3) = 257 sujeitos da população geral da Palmas – TO; Amostra 4 (N4) = 256 homens da cidade de Palmas – TO e João Pessoa – PB.

Na tabela 3, é apresentado os três critérios de orientação valorativa pessoal, social e central e seus respectivos indicadores preditivos para ambos os tipos de sexismo. No que diz respeito ao sexismo benévolo, para todas as amostras observou-se que (ver tabela 3): a orientação valorativa

social (valores correspondidos a um foco interpessoal, relacionados com os interesses coletivos) predisse, positivamente, esse tipo de sexismo, bem como, a orientação pessoal (valores que mantêm relações pessoais contratuais, procurando obter vantagens / lucros e priorizando seus próprios interesses). Em relação ao sexismo hostil, apenas a orientação pessoal foi capaz de prever, positivamente, esse tipo de discriminação. Considerando, a forma ambivalente do sexismo (somatório total dos 22 itens do inventário de sexismo), observou-se que a orientação pessoal e social predisse positivamente esse tipo de sexismo nas quatro amostras.

A partir desses resultados é preciso destacar a existência de que o estudo pioneiro desenvolvido por Formiga, Gouveia e Santos (2002) no Brasil, os dados atuais do presente estudo corroborou tanto em relação as funções psicossociais quanto aos critérios de orientação valorativa na explicação do sexismo ambivalente. Assim, a pessoa que apresente uma adesão a um conjunto de valores que origine a função de *experimentação*, possivelmente, poderá ser capaz de manifestar o sexismo hostil; por outro, a função valorativa de *realização* não somente poderá influenciar o sujeito ao sexismo *tradicional ou hostil*, mas também, ao *benévolo*, aquele preconceito mais sutil ou camuflado.

Outra análise que pode ser refletida, a partir desses resultados, diz respeito a uma maior clareza sobre o sexismo de que não é representado unicamente como tradicional, mas incluso a sua nova forma: a sutil. Assim, tomando como referência as relações intergrupais entre homens e mulheres, pode ser observada através das funções normativas e interacionais dos valores humanos, que as pessoas que buscam a estabilidade do grupo e o respeito para com os símbolos e padrões culturais, bem como, os que focalizam o destino comum e a complacência, o interesse em ser amada e ter uma amizade verdadeira e que apreciam uma vida social ativa, poderá apresentar ambos os tipos do sexismo. Ao se pretender explicar o sexismo a partir dessas funções valorativas tem-se como objetivo compreender que a pessoa que, além de quando aderir a esses valores, seria capaz de produzir um discurso conformista em relação a dinâmica social considerando-a como inalterável, sendo assim, não se incomodando demais em lutar contra as diferenças entre o gênero e suas impiedosas manifestações, as quais atualmente, são bem ambivalentes, fazendo com aceite-se como algo cultural e hierarquizado destinado ao grupo ideologicamente majoritário.

**Tabela 3.** Análise Regressão para o sexismo ambivalente, tendo como predictoras os critérios de orientação valorativa.

Sexismo	Predictoras	$\beta$				t			
		N1	N2	N3	N4	N1	N2	N3	N4
Benévolo	Social	<b>0,20</b>	<b>0,26</b>	<b>0,24*</b>	<b>0,28*</b>	6,30*	6,78*	5,80*	6,67*
	Pessoal	<b>0,14</b>	<b>0,17</b>	<b>0,12*</b>	<b>0,18*</b>	3,34*	4,13*	3,25*	6,07*
	Central	-0,01	-0,05	-0,03	-0,02	-0,65	-0,53	-0,72	-0,85
Hostil	Pessoal	<b>0,22</b>	<b>0,20</b>	<b>0,20*</b>	<b>0,23</b>	5,21*	4,92*	5,13*	4,87*
	Social	0,02	0,02	0,01	0,01	0,25	0,20	0,19	0,21
	Central	-0,01	-0,01	-0,02	-0,03	-0,44	-0,40	-0,38	-0,52
Ambivalente <sup>#</sup>	Pessoal	<b>0,23</b>	<b>0,20</b>	<b>0,19*</b>	<b>0,25</b>	5,14*	5,26*	5,06*	5,75*
	Social	<b>0,16</b>	<b>0,18</b>	<b>0,14*</b>	<b>0,18</b>	3,61*	4,03*	4,03*	3,78*
	Central	-0,02	-0,03	-0,03	-0,02	-0,63	-0,43	-0,43	-0,54

Notas: \* $p < 0,01$ ; Método Enter. <sup>#</sup> somatório total dos 22 itens do inventário de sexismo. Amostra 1 (N1) = 200 sujeitos de uma universidade privada de João Pessoa – PB; Amostra 2 (N2) = 287 sujeitos de uma universidade pública de João Pessoa – PB; Amostra 3 (N3) = 257 sujeitos da população geral da Palmas – TO; Amostra 4 (N4) = 256 homens da cidade de Palmas – TO e João Pessoa – PB.

## DISCUSSÃO

O novo sexismo surge na sociedade, discretamente, nas relações intergrupais, salientando a sua não existência e tendo uma característica de conformidade positiva e com excessiva simpatia, isto é, pode-se assumir um discurso de que “isto não me incomoda, não vejo problema nessas”. Tanto se discrimina a partir de uma atitude positiva, aparentemente, não preconceituosa em relação à mulher quanto pela uma expressão direta do preconceito feminino (Formiga, Yepes & Alves 2004; Formiga, Vasconcelos, Joça & Saraiva, 2005). As funções psicossociais dos valores humanos, destacadas na tabela 2, revelam que nas suas relações sociais as pessoas se orientam a partir de uma conduta individualista ou coletivista capaz de explicar o preconceito frente às mulheres.

Também, observando a tabela 3, o critério pessoal, composto pela função de experimentação e realização, salienta o sujeito que se orienta por um conjunto de valores capaz de manter as relações pessoais contratuais, procurando obter vantagens / lucros, bem como, priorizar seus próprios interesses e sua intrapessoalidade (Rokeach, 1973; Schwartz, 1994) tendo probabilidade em apresentar ambos os tipos de sexismo. Não se trata apenas de uma referência individual, mas também, que esta referência está estabilizada na orientação social. Tomando essas orientações valorativas, parece ser que o preconceito entre as mulheres não tem saída: se de um lado existe o preconceito tradicional e direto, por outro lado, o sutil e indireto, ambos, são orientados por valores, causando uma tremenda angústia característica da sociedade contemporânea: uma conduta esquizo-perversa. Condutas essas, carregadas de atribuições personalísticas de cunho dissociativo e interesseiro corruptor sobre o papel da mulher e seu valor

– auto-gerado por ela mesma – concreto e não sob juízo de sua necessidade a alguma coisa seja por ela ascender social e economicamente, seja, por ela ser “independentemente livre” e definida em suas escolhas.

Condição essa, que ao observarmos a adesão das pessoas a uma orientação social, a qual diz respeito às pessoas direcionadas para estarem com os outros, focalizando a interpessoalidade e o interesse coletivo, ela contribui para a manutenção de atitudes discretas e sutis do sexismo e suas variações. O preconceito frente às mulheres, atualmente tão deflagrado, não pode mais ser direto tratando-o muitas vezes de forma “recheada” de brincadeiras (por exemplo, achincalho, humor, etc.) ásperas, porém, visto nas relações, como pouco ofensivo ocorrendo com isso, uma espécie de sexismo institucionalizado ou conformismo normativo. A discriminação parece atender aos objetivos implícitos da sociedade, principalmente, quando há uma mudança e êxito da mulher em qualquer esfera social. Essa condição visa atender as expectativas propostas pela sociedade (Fiúza, 2001) de uma luta e expressividade quanto a não discriminação, as quais são capazes de filtrar condições mais diretas relacionando um processo mais depurado do preconceito (Camino, Silva & Machado, 2003) e gerando a construção de normas sociais concordantes na interação social.

Com isso, esses resultados parecem denunciar o quanto a sociedade está impregnada de ideologias que guiam e justificam as condutas do indivíduo fazendo-as “comuns” e embasadas em práticas que geralmente são adotadas através de esquemas psicológicos e ideológicos que refletem comportamentos a respeito da formação discriminatória de papéis sexuais (Paez, Torres & Echebarría, 1990) socialmente aceitos. Na maioria das vezes, esses papéis são justificados como valores de uma sociedade ou grupo “impossível” de ser alterado fazendo a pessoa, especialmente, a pessoa discriminada, aceitar esse fato, que por sua vez, conduz-nos, sócio-cognitivamente, a uma percepção das formas educativas e cavalheirescas frente a mulheres como princípio de civilidade, mas, que o que pode estar por traz dessas honrarias é uma camuflagem ou o esconderijo da verdadeira face do outro lado do preconceito frente a elas: a sua discrição e sutileza discriminatória.

A aparição do sexismo, tanto benévolo quanto hostil, é sem dúvida um problema no âmbito da pretendida relação de igualdade e de justiça social, bem como, da constante manifestação, evidente, nas específicas orientações valorativas das pessoas. Esse fato revela não uma diminuição ou rejeição desse fenômeno, mas que sua manifestação flutua numa base normativa da conduta preconceituosa. Sendo assim, seria possível identificar um caminho para amenizar atitudes preconceituosas, consecutivamente, seus fenômenos mais graves gerado pelo preconceito, por exemplo, a violência feminina? Principalmente, se se considerar como e quais valores as pessoas passam a orientar suas condutas sociais?

Ao observar que tanto os valores que apontam para uma orientação pessoal – individualista – quanto social – coletivista – são capazes de explicar o sexismo; isto é, tanto o sujeito que visa os próprios interesses quanto aquele preocupado com as tradições e a harmonia do seu grupo é



possível contribuir, a partir de uma auto-confrontação dos valores, inibir a manutenção desse fenómeno frente às mulheres e neste caso o fenómeno da discriminação sutil. Uma prática nessa direção poderia ser desenvolvida na base da educação com as crianças e jovens com vistas a uma sociedade mais igualitária em relação ao gênero.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allport, G. W. (1954). The nature prejudice. Reading, MA: Adison-Wesley Publishing Company.
- Amâncio, L. (1994). Masculino e feminino. A construção social da diferença. Porto: Afrontamento.
- Archier, J. (1996). Sex differences. Em A. S. R. Manstead & M. Hewstone (Eds.), The blackwell encyclopedia of social psychology. (pp. 520-524). Oxford: Blackwell Publishers.
- Babbie, E. (1999). Métodos de pesquisa de survey. Belo horizonte, MG: Ed. UFMG.
- Bisquerra, A. R. (1989). Introducción conceptual al análisis multivariable: Un enfoque informático con los paquetes SPSS-X, BMPD, LISREL y SPAD. Barcelona: PPU.
- Borelli, A. (1998). Gênero: Desafios e perspectiva. Revista Unicsul, 4, 79-84.
- Braithwaite, V. A.; Law, H. G. (1985). Structure of human values: Testing the adequacy of the Rokeach Value Survey. Journal of Personality and Social Psychology, 49, 250-263.
- Brown, R. (1995). Prejudice: Its social psychology. Oxford: Blackwell.
- Camino, L.; Silva, P.; Machado, A. O. (2003). Novas formas de preconceito racial: racismo sutil ou mascarado. Em: Resumo do III congresso norte-nordeste de psicologia. Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e prática psicológica. (p 236). João Pessoa: PB. 27 a 31 de maio. Volume 1.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos feministas, 10 (1), 171-188.
- D'amorim, M. A. (1997). Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. Temas em Psicologia, 3, 121-134.
- Expósito, F.; Moya, M. C.; Glick, P. (1998). Sexismo ambivalente: Medición y correlatos. Revista de Psicologia Social, 13, 159-169.
- Feather, N. T. (1992). Values, valences, expectations, and actions. Journal of Social Issues, 48, 109-124.
- Ferreira, M. C. (1995<sup>a</sup>). Masculinidade, feminilidade e ajustamento. Psicologia: Reflexão e Crítica, 8, 205-224.

Ferreira, M. C. (1995b). Questionário Estendido de Atributos Pessoais: Uma medida de traços masculinos e femininos. Psicologia: Teoria de Pesquisa, 11, 2, 155-161..

Ferreira, R. F. (2002). O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. Psicologia e sociedade, 14, 1, 69-86.

Fiúza, A. L. C. (2001). Mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável. Em: C. Bruschini e C. R. Pinto (Org.). Tempos e lugares de gênero. (pp. 87-118). São Paulo: FCC/Editora 34.

Formiga, N. S. (2004). As bases normativas do sexismo ambivalente: A sutileza do preconceito frente as mulheres à luz dos valores humanos básicos. Em: Marcus E. O. Lima e Marcos E. Perreira (Orgs.). Estereótipos, preconceitos e discriminação: Perspectivas teóricas e metodológicas. (pp. 259-276). Salvador: Editora UFBA.

Formiga, N. S.; Gouveia, V. V.; Santos, M. N. (2002). Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. Psicologia em estudo, 7 (1), 105-111.

Formiga, N. S.; Queiroga, F.; Gouveia, V. V. (2001). Indicadores do bom estudante: Sua explicação a partir dos valores humanos. Revista Aletheia, 13, 63-73.

Formiga, N. S.; Vasconcelos, T. C.; Joca, E. C.; Saraiva, C. P. (2005). As atitudes frente aos grupos minoritários: Um estudo em termos das formas sutis do preconceito. Revista Barbarói, 22/23 (1), 1-20.

Formiga, N. S.; Yepes, C.; Alves, I. (2004). A ambivalência da discriminação: Um estudo em termos das atitudes preconceituosas frente ao negro, as mulheres e os homossexuais. Resumo da IV Jornada de Iniciação científica do CEULP-ULBRA (pp. 528-530). Palmas-TO: CEULP-ULBRA.

Fraisse, G. (1991). Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. Em G. Duby & M. Perrot (Org.), História das mulheres no Ocidente. Século XIX. (pp. 59-96). Porto, Portugal: Afrontamento.

Fukuyama, F. (2000). A grande ruptura: A natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco.

Fundação Carlos Chagas. (1998). Banco de dados sobre o trabalho das mulheres. Home Page: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/rgenero/bdtrabfm/> (consultada em 31.08.2000).

Glick, P.; Fiske, S. T. (1998). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. Journal of Personality and Social Psychology, 70, 491-521.

Glick, P.; Ugurlu, N. S.; Ferreira, M. C.; Souza, M. A. (2002). Ambivalent sexism and attitudes toward wife abuse in Turkey and Brazil . Psychology Of Women Quarterly, 26, 4, 292-297.

Goldwert, M. (1985). Mexican machism: The flight from femininity. Psychoanalytic Review, 72, 161-169.

Gouveia, V. V. (1998). La naturaleza de los valores descriptores del individualismo e del colectivismo: Una comparación intra e intercultural. Tese de Doutorado. Faculdade de Psicologia, Universidade Complutense de Madri, Espanha.

Gusmão, E. E. S. e cols. (2001). Interdependência social e orientações valorativas em adolescentes. Revista Psico, 32, 23-37.

Heaven, P. C. L.; Quintin, D. St. (2003). Personality factors and predict racial prejudice. Personality and individual differences, 34, 625-634.

Henry, J. P.; Sears, D. O. (2002). The symbolic racism 2000 scale. Political Psychology, 23, 2, 253-283.

Homer, P. M.; Kahle, L. R. (1998). A structural equation test of the value-attitude-behavior hierarchy. Journal personality and social psychology, 54, 638-646.

Inglehart, R. (1991). El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas / Siglo XXI Editores.

Maia, L. M. V. (2000). Prioridades valorativas e desenvolvimento moral: Considerações acerca de uma teoria dos valores humanos. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, PB..

Martinez, G. S. (1984). Problemática psicossocial de los valores humanos. Cátedra de Psicología Social y de Personalidad, 3, 9-46.

Maslow, A. H. (1954/1970). Motivation and personality. New York: Harper & Row Publishers.

Mladinic, A.; Saiz, J. L.; Díaz, M.; Ortega, A.; Oyarce, P. (1998). Sexismo Ambivalente en estudiantes universitarios chilenos: Teoría, medición y diferencias del género. Revista de Psicología Social y Personalidad, 14, 1-14.

Monte, D. F. C. (2001). Aspectos do preconceito étnico em relação ao negro: Um estudo empírico no setor supermercadista de João Pessoa – PB. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

Monte, D. F. C.; Formiga, N. S. (2000). Entre o pensar e agir: a percepção das pessoas a respeito do negro em nossa sociedade. Revista Doxa, 6, 1-2, 7-16.

Omar, A. (2004). Las actitudes prejudiciosas a la luz de la estructura de personalidad y de la inseguridad sócio-económica percibida. In: Marcus E. O. Lima e Marcos E. Perreira (Orgs.). Estereótipos, preconceitos e discriminação: Perspectivas teóricas e metodológicas. (p. 259-277). Salvador: Editora UFBA.

Páez, D.; Torres, B.; Echebarria, A. (1990). Esquema de si, representación social y estereotipo sexual. Em G. Muisitu (Org.), Procesos psicosociales básicos. (pp. 229-234). Barcelona: PPU.

Pettigrew, T F.; Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. European journal of social psychology, 25, 57-75.

Pringle, R. (1997). Feminist theory and the world of the social. Current Sociology, 45, 75-89.

Radice, J. (1987). Papéis sexuais no Nordeste do Brasil: Sua desejabilidade e possíveis conseqüências para a auto-realização da mulher. Revista de Psicologia, 5, 93-103.

Rohan, M. J. (2000). A rose by any name? The values construct. Personality and Social Psychology Review, 4, 255-277.

Rokeach, M. (1979). Introduction. Em M. Rokeach (Ed.), Understanding human values: Individual and societal (pp. 1-11). New York: The Free Press.

Rokeach, M. (1973). The nature of human values. New York: Free Press.

Ronen, S. (1994). An underlying structure of motivational need taxonomies: A cross-cultural confirmation. Em: H. C. Triandis, M. D. Dunnette & L. M. Hough (Eds.), Handbook of industrial and organizational psychology. (pp. 241-269). Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press. Vol. 4.

Schwartz, S. H. (1995). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? Journal of Social Issues, 50, 19-45.

Schwartz, S. H. (1992). Universals in the context and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. Em M. Zanna (Ed.), Advances in experimental social psychology (pp. 1-65). Orlando, FL: Academic Press. vol. 25.

Siano, J. A. (2000). Constituição da Republica Federativa do Brasil. São Paulo: Editora Rideel.

Souza, M. A.; Ferreira, M. A. C. (1997). Identidade de gênero masculina em civis e militares. Psicologia: Reflexão e Crítica, 10, 301-314.

Tamayo, A.; Schwartz, S. H. (1993). Estrutura motivacional dos valores humanos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 9, 329-348.

Todt, E. (1982). La motivación: Problemas, resultados y aplicaciones. Barcelona: Editorial Herder.

Tougas, F.; Brown, R.; Beaton, A. N.; Joly, S. (1995). Neosexism: Plus ça change, Plus c'est pareil. Personality and social psychology behavior, 21 (8), 842-849.